

Diferenças Iguais

Ouvimos sistematicamente o slogan “*Todos diferentes todos iguais*”. Na diferença exige-se o respeito, enquanto na igualdade se promovem os mesmos direitos.

Partindo deste primado, assim se enquadram as diversas respostas educativas que as nossas crianças com Necessidades Educativas Especiais têm vindo a beneficiar nestas últimas décadas.

Se recuarmos um pouco no tempo, na nossa constituição Portuguesa, desde 1910, podemos ver escrito que a educação é obrigatória e gratuita para todos. Todavia, e sendo essa uma afirmação controversa até aos nossos dias, também podemos afirmar que existem diferenças relativamente à possibilidade de se frequentar o que chamamos de Escola.

Contudo, é pelos anos sessenta e com a aparecimento da declaração de Salamanca, que as mudanças se foram visualizando e pondo em prática.

Cá em Portugal, mais especificamente, o primado das diferenças começou a efectivar-se mais tarde, ou seja, pelos finais da década de oitenta, início da de noventa, com o aparecimento de legislação, que começou a regular as respostas educativas tidas como mais adequadas para a população com Necessidades Educativas Especiais.

O nosso Concelho nunca se alheou a elas desde essa altura, pondo-as em prática, na medida das possibilidades que lhe foram permitindo os recursos humanos, materiais e arquitectónicos.

Neste momento, continua a implementar as mais diversas respostas educativas que a lei vigente permite, para a população com este tipo de problemática. É através dos Serviços de Apoio Especializados (Núcleo de Educação Especial e Serviço de Psicologia) que o trabalho se desenvolve.

É feito o atendimento às mais diferentes problemáticas, algumas delas em Unidades Especializadas com Currículo Adaptado, desde o autismo, à surdez, às deficiências profundas, à linguagem e às dificuldades de aprendizagem, por docentes especializados e não especializados.

O objectivo primeiro é o de minimizar os problemas das crianças/jovens e de potencializar o seu sucesso educativo, promovendo a socialização, a inserção no seu meio envolvente, aprendizagens da vida diária e também aprendizagens académicas.

Desta forma é-lhes, assim, minimamente respeitado o “direito à escolaridade” (embora saibamos que necessitam de cada vez mais, melhores e mais rápidas respostas), bem como o direito à “igualdade de oportunidades”.

Todos nós podemos contribuir para o melhor encaminhamento desses alunos, através do seu despiste na escola, colaboração com esses serviços, acompanhamento na realização das suas tarefas/actividades como

encarregados de educação e respectiva integração social, como cidadãos que também o são.

Assim o queiramos nós.

Zélia Arruda